

O SUBALTERNO É CAPAZ DE AGIR? O envolvimento Afro-americano nos planos de *vouchers* educacionais (vale-educação)

Thomas C. Pedroni

Oakland University
Rochester, Michigan, Estados Unidos

Resumo

Este artigo renova alguns argumentos do estudioso em teoria crítica da educação, Michael Apple, a respeito da modernização conservadora, a fim de que reflitam melhor os processos de formação de identidade e agência subalterna que se evidenciam na pesquisa sobre as famílias negras de classe trabalhadora e pobres apoiadoras de programas de *vouchers* (vale-educação) nos Estados Unidos. Baseado em evidências conceituais e práticas, teoriza os políticos e líderes comunitários negros e famílias negras pobres e da classe trabalhadora pró-*voucher* como sendo representativos de uma ‘terceira força’ subalterna na formação conservadora. Esses investimentos táticos em alianças e posições conservadoras passageiras virão provavelmente a desempenhar um papel cada vez mais importante em reformas educacionais e sociais tanto nos Estados Unidos quanto em outros países. Da perspectiva de que tais alianças subalternamente negociadas são um prenúncio da direção que a modernização conservadora poderá tomar cada vez mais, essa renovação poderá auxiliar educadores críticos – juntamente com outros trabalhadores e atores culturais críticos – a entender melhor e a constestar o pós-*welfarismo* (pós-Estado do Bem Estar Social) na área da educação e em áreas afins.

Palavras-chave: teoria crítica em educação, reformas educacionais, raça e educação, estado e educação.

Abstract

In this essay I renovate critical educational theorist Michael Apple’s arguments concerning conservative modernization, making them more resonant with processes of identity formation and subaltern agency evident in research with working class and poor Black voucher families in the United States. Based on conceptual and empirical findings, I theorize pro-voucher Black politicians, community leaders, and poor and working class families as representative of a subaltern ‘third force’ in conservative formation. Their tactical investments in fleeting conservative alliances and subject positions, I argue, are likely to play an increasingly significant role in educational and social reform both in the United States and elsewhere. To the degree that such subalternly negotiated alliances are a harbinger of a direction that conservative modernization might increasingly take, this renovation should assist critical educators—along with other critical cultural workers and social actors—in better understanding and contesting post-welfarism in education and beyond.

Key-words: critical theory, educational reform, race and education, state and education.

Se você está se afogando e alguém lhe estende a mão, você não pergunta se essa mão é de um democrata ou de um republicano... Da perspectiva afro-americana – olhando de baixo para cima – não há mesmo grande diferença entre os democratas e os republicanos. Nossa porta está aberta para quem quiser realmente trabalhar conosco.

Polly Williams, a “mãe da escolha escolar” em Milwaukee, Deputada do Estado de Wisconsin (em Carl, 1995, p. 259).

A esquerda educacional branca não está entendendo algo essencial quando não presta a devida atenção ao significativo apoio que comunidades marginalizadas têm dado a reformas educacionais baseadas no mercado.

Meu interesse em entender e teorizar de forma mais profunda a defesa afro-americana dos *vouchers* (vale-educação) em Milwaukee, tema deste artigo, provém dessa preocupação. Ainda que os pesquisadores do campo da teoria crítica em educação venham demonstrando o impacto particularmente negativo da marquetização sobre uma população já desfavorecida (ex: Lauder and Hughes, 1999; Whitty, Power, and Halpin, 1998), eles não devotam atenção suficiente ao papel crucial que os desfavorecidos têm desempenhado na construção dessas reformas, de outro modo conservadoras. Entender esse papel como manifestação de agência subalterna situada em um momento de pós-Estado de Bem Estar Social¹—e não como submissão ingênua – será fundamental para um projeto mais amplo de *modernização progressista* das relações cada vez mais fragmentadas entre esses blocos de atores sociais na formação social americana, que provavelmente serão os defensores de vitórias democráticas mais antigas contra uma deterioração ainda maior.

Os argumentos dos teóricos e pesquisadores em teoria crítica da educação, Michael Apple e Anita Oliver, a respeito do papel da formação de identidade no movimento conservador me forneceram subsídios para dar uma forma mais concreta as minhas intuições sobre os partidários dos *vouchers* (vale-educação) em Milwaukee. A partir da leitura de seu trabalho, passei a considerar a forma em que a formação de identidade também desempenhou um papel significativo no contexto dos *vouchers* de Milwaukee, mas não exatamente da forma como se desenvolve a sua análise de uma controvérsia sobre livros didáticos numa cidade pequena (Apple, 1996; Apple and Oliver, 2003). Ainda que as ferramentas conceituais desenvolvidas por eles tenham formado a base para a minha capacidade de imaginar uma teorização mais convincente da dinâmica que observei em Milwaukee, ainda resta a ser realizado um significativo trabalho conceitual – e também empírico.

Neste artigo, renovarei alguns elementos do argumento de Apple e Oliver a respeito da formação de identidade na modernização conservadora, a fim de que reflitam melhor a dinâmica que envolve a posição pró-*voucher* dos afro-americanos em Milwaukee. Se as alianças negociadas subalternamente em Milwaukee são prenúncio de uma direção que a modernização conservadora poderá, cada vez mais, assumir, essa renovação deverá ajudar os educadores críticos – e também outros trabalhadores culturais e atores sociais críticos – a

entender melhor e a contestar o estado pós-Estado do Bem Estar Social.

Eu começo por uma avaliação da utilidade e das limitações da teoria de Apple e Oliver sobre a formação política direitista a fim de explicar a mobilização de afro-americanos pobres e da classe trabalhadora em favor da “escolha parental” e dos *vouchers* em Milwaukee, um dos principais centros de uso de *vouchers* nos Estados Unidos. No início dessa tarefa, identificarei e problematizarei os binários conceituais implicados nessa teoria, que não dão conta adequadamente de importantes dinâmicas da reforma educacional baseada no mercado em Milwaukee (e presumivelmente em outros lugares). Depois dessa problematização, passo a re teorizar a coalizão pró-*voucher* de representantes políticos afro-americanos, líderes comunitários e famílias pobres e da classe trabalhadora como representantes de uma “terceira força” na formação conservadora, e avalio o papel fundamental desempenhado por esses grupos nas alianças condicionais que permitiram o sucesso de outros projetos direitistas em educação e áreas além da educação. Empregando os conceitos de agência subalterna e de formação de identidade em relação às construções discursivas que os apoiadores afro-americanos dos *vouchers* utilizam em entrevistas, eu argumento que as alianças negociadas em tais mobilizações são muito mais passageiras e efêmeras que o conceito de “aliança hegemônica” poderia, isoladamente, implicar. Significativamente, a re teorização sugerida por esta análise – ou seja, que a modernização conservadora, ao menos inicialmente, depende de negociações subalternas – deixa uma maior abertura que aquela que os educadores críticos brancos supõem para rearticular as preocupações educacionais de famílias marginalizadas em projetos de reforma educacional mais eficazes, relevantes e democráticos.

Passo agora a discutir a formação do movimento conservador proposta por Apple e Oliver.

A Formação Política, do Estado e do Sujeito

Em seu inovador ensaio “*Becoming Right*,” (Tornando-se Direita) Apple e Oliver analisam uma controvérsia que ocorreu em uma comunidade semi-rural do oeste dos Estados Unidos envolvendo a adoção pela autoridade educacional local de uma nova e, segundo alguns pais, estranha série de livros didáticos. O objetivo de Apple e Oliver é entender melhor como os movimentos educacionais direitistas se formam no nível local e cotidiano (Apple, 1996; Apple and Oliver, 2003). O que eles ao final revelam altera significativamente as análises anteriores de como a Direita educacional cresce, que, “com demasiada frequência presumem a existência de um movimento ideológico unitário, vendo a Direita educacional como um grupo relativamente não contraditório, e não como um complexo agrupamento de diferentes tendências, muitas das quais com relações tensas e instáveis entre si” (Apple, 1996, pp. 44-45). Para Apple e Oliver, a Direita não é simplesmente uma força pré-existente “maciça e estruturante capaz de penetrar na vida cotidiana e em nossos discursos de maneira bem planejada” (Apple, 1996, p. 44). Ao contrário, a Direita cresce através de uma complexa série de “acidentes” e interações entre

os “elementos de bom senso” dos indivíduos e a intransigência de um estado burocrático (Apple, 1996; Apple and Oliver, 2003).

Ao documentar e analisar a forma vaga como as preocupações socialmente conservadoras, mas predominantemente não politizadas, a respeito da nova série de livros didáticos levaram ao crescimento da Direita, Apple e Oliver recorrem à teorização anterior de Apple sobre o processo de modernização conservadora. No cerne dessa modernização, Apple (1996) definiu quatro poderosos grupos que juntos constituem o que ele chama de aliança hegemônica, no interior da ordem social dos Estados Unidos: neoliberais, neoconservadores, populistas autoritários e uma parcela da nova classe média (p. 7). Colocando de forma mais direta, os neoliberais são os atores sociais que essencialmente vêem os mercados não regulados como panacéia para todos os males sociais e econômicos. Eles defendem, portanto, a marquetização ou até mesmo a privatização de todos os serviços públicos como paliativo para aquilo que se percebe como o estado de ineficiência e desigualdade social. Os neoconservadores, por outro lado, clamam pela descentralização do conhecimento e dos valores encerrados na tradição cultural “ocidental” como antídoto para a balcanização social, a deterioração moral e o declínio econômico que eles observam na sociedade americana. Os populistas autoritários – o terceiro grupo – exigem e insistem em formas de controle localizado que acreditam que serão capazes de proteger suas famílias das forças sinistras e do humanismo secular que permeia as escolas públicas. Finalmente, os membros da classe média profissional e administrativa, que, apesar de não estarem abertamente alinhados com qualquer das tendências acima, são os provedores do conhecimento técnico e profissional em questões de eficiência, avaliação e gestão das quais as reformas sociais e educacionais direitistas dependem. (Apple, 2001).

Em conjunto, esses grupos são hegemônicos, pois são capazes de manter a liderança e promover uma determinada agenda, principalmente através da conquista de consenso para sua visão social. Os grupos participantes da aliança hegemônica fazem isso de duas maneiras – estabelecendo acordos mútuos a respeito de quais elementos dessa visão deverão ser adotados, e (re)desenhando o território do senso comum na cultura mais ampla a fim de que ele reflita cada vez mais as suas mensagens culturais e interpretações (Apple, 1996, p. 15).

Por ser formada e suturada através desse acordo, a visão social dessa aliança hegemônica nunca é unitária – ela existe sempre em uma tensão bastante frágil, repleta de contradições que constantemente ameaçam a continuidade do processo (Apple, 1996, p. 15). Enquanto a aliança direitista sutura suas contradições internas e infunde os discursos cotidianos da vida pública Americana com suas formas de interpretar o mundo social, ela também cresce, ao menos potencialmente.

Para Apple, esse bloco hegemônico é dinâmico (ou seja, está sempre em formação) de três maneiras significativas. Em primeiro lugar, ele é temporalmente dinâmico, pois pode e deve reagir a condições históricas em transformação, a alianças instáveis, à introdução de novas tecnologias, ao nascimento de novos movimentos sociais e tendências econômicas mais amplas. Em segundo e terceiro lugares, essa modernização conservadora é espacialmente dinâmica em termos de discurso, tanto horizontal quanto verticalmente. O dinamismo

horizontal está presente na sutura que ocorre quando diferentes grupos dominantes se reúnem numa união tensa sob um único “guarda-chuva ideológico”. (Apple, 1996, p. 15); o dinamismo vertical está presente quando os discursos desses grupos dominantes

agem de forma criativa para desarticular conexões anteriores e rearticular grupos de pessoas [predominantemente sem uma ideologia formada] nesse movimento ideológico mais amplo, conectando-se com as verdadeiras esperanças, receios e condições de vida do cotidiano das pessoas e oferecendo explicações aparentemente “sensatas” para os problemas que as pessoas enfrentam no momento. (p. 45)

Em resumo, esse é um processo de *sutura* horizontal e *articulação* vertical.

O processo formativo político de desarticulação e rearticulação não é, porém, isento de dificuldades, diretamente determinado pela vontade política dos grupos dominantes. Na verdade, conforme demonstram Apple e Oliver no estudo a respeito da formação conservadora na polêmica dos livros didáticos mencionado anteriormente, “cidadãos comuns” passam a articular-se com movimentos sociais conservadores mais amplos através de uma complexa série de “acazos” e interações com o estado (Apple, 1996, p. 45).

Para Apple e Oliver, não são apenas a aliança hegemônica e as subjetividades daqueles que se articulam com ela que estão sempre em fluxo – o estado também é dinâmico de maneira análoga, o estado “cresce” em função de suas interações com agrupamentos de movimentos sociais que constantemente buscam redesenhá-lo de acordo com sua visão. Apesar de esse crescimento ocorrer mediante uma variedade de possíveis reações (ex: adotando, mediando e/ou resistindo às demandas dos movimentos sociais), as famílias no estudo de Apple e Oliver, preocupadas com aquilo que viam como materiais culturalmente estranhos e perturbadores na controvérsia dos livros didáticos, basicamente se defrontaram com um estado de postura defensiva, que resistia a seus questionamentos concluindo impacientemente que essas pessoas eram fazendo parte das forças organizadas da censura da Direita.

Quase todos os pais [preocupados] (...) afirmaram que seu primeiro contato com aqueles livros didáticos ocorreu quando seus filhos chegaram em casa e ficaram desconcertados com uma determinada seleção nos textos. (...) [Os pais] ficaram muitos surpresos ao ler histórias que lhes pareciam inadequadas nos livros de seus filhos, e ficaram ainda mais surpresos com o que perceberam como a reação “prepotente” da secretaria de educação e da diretoria da escola. (Apple, 1996, p. 58)

O estado, representado pelos burocratas encastelados nos escritórios da secretaria de educação local, reagiu às preocupações de grupos de pais heterogêneos e relativamente não-formados² ideologicamente oferecendo-lhes apenas duas posições de sujeito através das quais eles poderiam ser vistos, ouvidos e entendidos: a de pais responsáveis que apoiavam “o processo decisório profissional” dos funcionários da secretaria de educação local e dos

professores em relação ao currículo, ou a de censores irresponsáveis da direita. Empurrados para esta última posição de sujeito em função de suas persistentes e ignoradas preocupações, muitos pais politicamente não-formados tornaram-se ideologicamente formados ao voltar-se para organizações nacionais de direita em busca de ajuda para lutar contra a intransigência da burocracia escolar. Através desse processo de formação de sujeito “acidental” e altamente mediada, onde a agência dos pais interessados passou a articular-se com a agência da Direita mais ampla, a Direita cresceu (Apple, 1996, p. 64).

Possibilidades e Limitações: A Batalha pela “Escolha Parental” em Milwaukee

Em seu estudo sobre a formação conservadora e a controvérsia em torno de livros didáticos numa pequena cidade americana, Apple e Oliver claramente romperam com noções recebidas e inúteis de uma Direita unitária que cresce isenta de dificuldades, isoladamente, e através de rigorosa intencionalidade. Lembrando, de diversas maneiras, as intervenções anteriores de Apple acerca da reprodução em escolas (Apple, 1982), os pesquisadores nos oferecem um rico relato das formas complexas, mediadas e contraditórias em que a aliança hegemônica cresce, através de articulações com as verdadeiras esperanças, medos e o bom senso de cidadãos comuns repelidos pelo estado.

Nesta seção explorarei as formas em que essa abordagem da formação conservadora nos capacita e ao mesmo tempo limita nosso entendimento de outro momento onde processos de modernização conservadora alteraram significativamente as políticas públicas – a construção da aliança dos *vouchers* e o conseqüente programa de *vouchers* em Milwaukee. Após identificar e analisar algumas das possíveis limitações da abordagem de Apple, vou propor algumas alternativas substanciais.

Jim Carl (1996), num artigo intitulado “*Unusual Allies: Elite and Grass-roots Origins of Parental Choice in Milwaukee*” (Aliados Incomuns: As Origens de Elite e Populares da Escolha Parental em Milwaukee), adota uma abordagem teórica para entender os eventos de Milwaukee, que ecoa as construções teóricas de Apple e Oliver. Entretanto, como veremos a seguir, alguns elementos da história narrada por Carl parecem encaixar-se menos comodamente naquela abordagem.

Carl inicia sua análise dos fatores que levaram ao surgimento do debate da “escolha parental” em Milwaukee descrevendo o surgimento a nível nacional de uma aliança hegemônica no início dos anos 80, que ele chama de restauração conservadora (termo usado por Apple em trabalhos anteriores). No interior dessa aliança, no tocante a temas de escolha parental, Carl retrata as agendas tensamente intersectadas de dois dos grupos dominantes delimitados por Apple: os neoliberais e os neoconservadores. Segundo Carl (1996), de um lado, os reformadores educacionais neoliberais locais acreditavam que a expansão do mercado privado para os sistemas públicos de educação não apenas produziria aumento do sucesso escolar, mas também lucro. De outro lado, os reformadores educacionais neoconservadores locais privilegiavam as escolas privadas em razão de seu suposto currículo acadêmico tradicional, formação religiosa e disciplina rígida (p. 268). Ainda que

Apple seja bem menos precipitado ao descrever a complexidade dessas posições e interações (Apple, 1996, pp. 27-31), os paralelos são bastante evidentes e, como demonstramos abaixo, úteis para entender algumas dinâmicas no contexto de Milwaukee.

Entretanto, Carl também reconhece que “nem todos os proponentes dos *vouchers* em Milwaukee podem ser descritos como agentes da restauração conservadora” (1996, p. 268). Ele descreve uma “aliança condicional” entre os reformadores neoliberais a nível estadual e os habitantes de Milwaukee que apóiam algumas escolas comunitárias independentes. Segundo Carl,

Cinco fatores geraram essa aliança condicional: a insatisfação dos cidadãos negros de Milwaukee com um sistema escolar que não oferecia resultados educacionais aceitáveis a um número desproporcionalmente alto de estudantes negros; a existência de escolas comunitárias cujos apoiadores multiculturais buscavam financiamento público há duas décadas; o crescimento da representação política negra em Milwaukee numa era em que as políticas governamentais se inclinavam para a direita, personificada pela deputada estadual Polly Williams; os esforços da administração do Governador Tommy Thompson para criar uma política social neoliberal e neoconservadora; e a ascensão da Fundação Bradley, de Milwaukee, como o maior concesso de bolsas conservador do país. (p. 268)

Ao analisar a aliança condicional que Carl descreve, o modelo de Apple e Oliver parece oferecer dois caminhos possíveis para entender os afro-americanos em Milwaukee que apoiaram os *vouchers* financiados pelo estado como meio de matricular seus filhos nas escolas comunitárias independentes de Milwaukee. A primeira possibilidade – presumivelmente não endossada por Apple, dada sua discussão sobre raça e classe em relações desiguais de poder – é vermos os residentes de Milwaukee apoiando os *vouchers* sob a liderança da deputada estadual afro-americana Polly Williams como passando a fazer parte de uma aliança de grupos dominantes. Nesse contexto, entenderíamos que o grupo de Polly Williams teria se suturado horizontalmente, através de acordos, com neoliberais e neoconservadores, compartilhando assim o (sempre parcial) exercício do controle hegemônico sobre os debates educacionais em Milwaukee. A segunda possibilidade, novamente utilizando a abordagem de Apple e Oliver, é vermos o grupo de Polly Williams como verticalmente articulado através de movimentos de direita, da mesma forma que os “cidadãos comuns” da controvérsia dos livros didáticos, relativamente não-formados ideologicamente, possibilidade que Apple presumivelmente rejeitaria em razão das várias décadas de ativismo educacional das famílias afro-americanas de Milwaukee.

Ainda que esses pareçam ser os dois espaços teóricos conceitualmente disponíveis na abordagem de Apple e Oliver para interpretar a aliança condicional em torno dos *vouchers* de Milwaukee, demonstro a seguir a parcial inadequação de ambos. A bem da verdade, Apple e Oliver de fato mencionam que “as políticas direitistas freqüentemente são acordos entre a Direita e outros grupos [grifo adicionado] e entre as várias tendências dessa aliança conservadora” (Apple, 1996, p. 45). Entretanto, caso os acordos “entre a Direita e outros

grupos” devam ser entendidos como categoria conceitual fora das duas possibilidades que mencionei, Apple e Oliver ainda não teorizaram ou descreveram adequadamente essa possibilidade.

Antes de analisar as formas em que cada uma das duas possibilidades teóricas descritas acima parcialmente explica e interpreta, em parte equivocadamente, a realidade da aliança condicional em Milwaukee, eu gostaria de introduzir um grupo de binários que subjazem à concepção de Apple de formação direitista. Posteriormente, vou problematizá-los, buscando abrir um “terceiro espaço teórico” para analisar a aliança condicional de Milwaukee e, por extensão, alianças semelhantes em outros contextos. Pelo menos temporariamente e no contexto de Milwaukee, apesar de nossas intuições em contrário, a facção pró-*voucher* de Polly Williams incorpora características que parecem situá-la, na abordagem de Apple e Oliver, como um membro dominante da aliança. Por exemplo, o reconhecimento explícito de Williams das limitações das alianças históricas com liberais Brancos (Carl, 1996, p. 274) evidencia uma sofisticada ideologia tática, cuidadosamente formada em função da experiência política. Seu freqüentemente manifestado realismo e sua falta de ingenuidade em relação ao clima político do final da década de 1980 e ao interesse próprio dos neoliberais dispostos a aliar-se a ela é outra indicação disso, além de indicar claramente a natureza suturada de sua relação com os neoliberais, onde a linguagem neoliberal relativa à competição e ao mercado fundiu-se com a própria visão de Williams de controle comunitário. Conforme observa Carl, “Ao contrário de seus aliados da Nova Direita, que argumentavam que a rede de seguridade social deveria ser reduzida ou desmontada, Williams acreditava que os negros precisavam assumir o controle dos programas financiados pelo estado e das instituições que visavam atender as suas comunidades” (1996, p. 274). Em resumo, Williams não permitira que sua visão fosse subsumida pela visão da Direita, como aconteceu com os pais ao final da controvérsia dos livros didáticos; nem ela nem a sua facção “se tornaram Direita” de qualquer forma remotamente capaz de preservar a estabilidade normal dessa terminologia.

Ainda que a facção de Williams reflita certas características de pertencimento a uma aliança de grupos dominantes, conforme descrito por Apple e Oliver (e conforme retratado na coluna cenário um da Tabela 1), ela é insuficiente em outros aspectos. É muito difícil conceber a facção de Williams e seus partidários latinos e afro-americanos pobres e da classe trabalhadora como grupo dominante do cenário político de Milwaukee. Até mesmo o mais superficial exame das condições sociais e materiais da vida cotidiana das famílias de baixa renda latinas e afro-americanas de Milwaukee faz disso uma impossibilidade conceitual, assim como a longa e frustrante experiência dos pais e líderes comunitários afro-americanos, incluindo Williams, em busca de maior sensibilidade por parte da burocracia da *Milwaukee Public Schools* (MPS) (Escolas Públicas de Milwaukee) (Carl, 1995; Fuller 1985).

Essa marginalização, portanto, parece dissuadir-nos conceitualmente de situar os afro-americanos partidários dos *vouchers* em Milwaukee da aliança de grupos dominantes (cenário um da Tabela 1), e apontar na direção do cenário dois, refletindo as experiências dos pais comuns, relativamente não-formados ideologicamente, descritos por Apple e Oliver no ensaio “*Becoming Right*” (Tornando-se Direita). Imediatamente, nos chama a atenção o

paralelo entre o confronto dos pais com uma burocracia estatal insensível na polêmica dos livros didáticos, e as experiências de Williams e seus partidários quando buscaram reparação junto ao MPS (Departamento de Escolas Públicas de Milwaukee). Williams e seus partidários foram claramente empurrados na direção de movimentos sociais direitistas em razão da intransigência com a qual se viram tratados pelos atores governamentais. Além disso, dessa luta educacional, é fácil para a maioria dos progressistas identificar “as verdadeiras esperanças e receios” da facção de Williams, com a qual presumivelmente simpatizamos. Finalmente, como foi dito anteriormente, a facção de Williams da aliança condicional se encaixa muito mais confortavelmente, em relação ao poder, na coluna “ainda não dominante” da Tabela 1.

Não obstante, conforme mencionado previamente, certos aspectos da facção de Williams são um tanto incongruentes com a formulação de “cidadãos comuns” do cenário dois. Argumentar que seu grupo permaneceu predominantemente ideologicamente não-formado ou com suas idéias caracterizadas por entendimentos de senso comum seria um profundo insulto a décadas de luta pela educação nas quais se engajaram grupos de afro-americanos em Milwaukee (e outros lugares) (Carl, 1995; Fuller, 1985; Holt, 2000). Além disso, a relação da facção de Williams com os grupos neoliberais com os quais ela trabalhava não era simplesmente vertical; novamente, a maneira sofisticada de Williams negociar seus interesses com os dos neoliberais demonstra um significativo grau de relação “horizontal” entre eles.

Se a aliança condicional descrita por Carl não se encaixa conceitualmente nos dois cenários disponíveis, de que forma, então, ela deveria ser teorizada? E se esse exemplo prático e sua teorização se aplicam em outros contextos, quais são as implicações para o entendimento do sucesso da Direita no momento atual em outras esferas contestadas?

Rumo a um “Terceiro Espaço” na Formação Conservadora

Na batalha dos *vouchers* escolares financiados pelo governo em Milwaukee, conforme demonstrei, o grupo de afro-americanos pró-*vouchers* partidários de Williams não pode ser adequadamente teorizado seja como grupo dominante suturado de uma aliança hegemônica, seja como um grupo de cidadãos comuns relativamente não-formados ideologicamente, articulados com a Direita em razão da insensibilidade do estado. Apesar da dificuldade em defini-la teoricamente, a facção de Williams foi absolutamente crucial para o surgimento dos programas de escolha parental em Milwaukee, e para as reivindicações de respeitabilidade e legitimidade que os programas de *vouchers* conquistaram desde então nos debates educacionais nacionais e mesmo globais. Em vista disso, é fundamental que seja desenvolvida uma teorização mais ampla dos afro-americanos partidários dos *vouchers* em Milwaukee para que seja possível entender mais profundamente e contestar o sucesso continuado da Direita em desmontar vestígios-chave do acordo democrático social americano.

Como sugere o caso da escolha parental em Milwaukee, a aliança hegemônica não foi capaz de impor programas de *voucher* em Milwaukee e outros lugares até o nascimento de

uma aliança condicional mais passageira, na qual os grupos dominantes eram, ainda assim, os atores principais e exponencialmente mais poderosos. Ainda que Carl não “elucide” o uso que ele faz do termo aliança condicional o tanto quanto gostaríamos, seu uso, especialmente em relação ao exemplo de Milwaukee, parece implicar uma aliança muito mais passageira e efêmera que uma aliança hegemônica isolada restaurada ao longo de 30 anos, eficazmente suturando novos acordos entre seus membros dominantes, enquanto ao mesmo tempo articula em suas fileiras cidadãos comuns, relativamente não-formados ideologicamente (ver Apple, 1996, p. 61; e nota 2 neste artigo).

Ao teorizar as qualidades dos grupos não-dominantes, mas ideologicamente mais formados, com o objetivo de construir alianças condicionais eficazes, seria útil visualizar os pólos opostos das qualidades dos cenários um e dois da Tabela 1 como horizontes, com os pais ativistas do caso dos livros didáticos descritos por Apple e Oliver predominantemente encapsulados dos descritores da coluna do cenário dois. Os grupos dominantes, tais como as forças neoliberais, por outro lado, se alinhariam principalmente com as características da coluna do cenário um. Diferentes grupos de um “terceiro espaço” com os quais a Direita formou alianças condicionais, como as famílias afro-americanas pró-*voucher* em Milwaukee, ocupariam vários pontos ao longo de cada um dos oito horizontes categóricos.

De acordo com o esboço apresentado anteriormente, as famílias afro-americanas pró-*voucher* em Milwaukee – como exemplo de força social implicando um terceiro cenário, ou uma tendência a um terceiro espaço na formação conservadora – deveriam ser situadas ao longo dos respectivos horizontes da Tabela 1 como relativamente *formadas, ideológicas e suturadas horizontalmente* com os grupos dominantes (todos os descritores à esquerda da tabela). Ao mesmo tempo, elas permanecem *ainda não dominantes, empurradas para movimentos sociais direitistas por um estado insensível*, e constituídas pelas *verdadeiras esperanças e medos com os quais os grupos progressistas podem simpatizar* (encapsuladas do lado direito da tabela).

Assim como é necessário nos darmos conta das qualidades heterogêneas de grupos que são suturados e articulados à aliança hegemônica em alianças condicionais, nós também precisamos pensar claramente sobre a qualidade das vitórias conservadoras implícitas em tais alianças. Enquanto os dois primeiros cenários do crescimento da Direita – através de suturas horizontais e articulações verticais – representam vitórias relativamente evidentes do projeto direitista, o terceiro cenário, envolvendo alianças subalternamente negociadas, apresenta uma noção de vitória mais matizada, ambígua e contraditória. Seria o sucesso político do Programa de Escolha Parental de Milwaukee simplesmente uma derrota monolítica para aqueles que apóiam radicalmente a reforma democrática em educação, ou seria ele também uma vitória parcial? Posteriormente, esse assunto será ainda discutido em relação às mobilizações táticas dos afro-americanos em favor dos *vouchers*.

Formação de Identidade e Agência Subalterna: Uma Reconceitualização

A fim de desenvolver uma conceitualização mais matizada da importância de tais grupos

de terceiro espaço na formação conservadora, será útil focalizar de forma mais específica o processo daquilo que Apple e Oliver (juntamente com outros teóricos) chamam de “formação de identidade” (Apple 1996; Apple and Oliver, 2003). No exemplo dos *vouchers*, a formação de identidade ocorre quando várias facções da aliança conservadora, os ativistas educacionais afro-americanos e famílias de baixa-renda de Milwaukee suturam seus interesses em alianças construídas e que se mantêm sob tensão. Nos primeiros anos do Programa de Escolha Parental de Milwaukee, os discursos circulando pelo Sistema de Escolas Públicas de Milwaukee, e também da aliança pelos *vouchers*, posicionavam as famílias afro-americanas e ofereciam identidades de determinadas maneiras. Algumas das posições de sujeito predominantes circulando entre professores, administradores e outros profissionais das Escolas Públicas de Milwaukee eram predicadas em modelos deficitários baseados em raça, cultura e/ou biologia. As famílias afro-americanas que abandonavam as escolas públicas e adotavam o sistema de *vouchers* proposto, frequentemente mencionavam exemplos onde a culpa pelo insucesso na escola pública era atribuída a um problema de raízes supostamente culturais, ou seja, a indisciplina dos alunos negros. Da mesma forma, as famílias reclamavam da frequência com que seus filhos eram patologizados e relegados a programas de educação especial e a escolas “alternativas” depois de serem rotulados como deficientes. (Corporation for Educational Radio and Television, 1993).

Em contraste, os esforços de marquetização escolar em Milwaukee pareciam oferecer posições de sujeito muito mais dignas aos pais e tutores desfavorecidos, com a mais relevante delas sendo, talvez, a posição de “*consumidor racional*”. Ao invés de patologizar formas culturais “Negras” através de discursos sócio-científicos racistas normatizantes, os defensores mercantilistas dos *vouchers* posicionavam os pais e tutores primeiramente como consumidores ideais cuja única limitação era uma escolha de mercado artificialmente limitada. Enquanto o posicionamento dos tutores e pais negros de baixa-renda como consumidores educacionais racionais com capacidade de fazer as melhores escolhas para seus filhos des-historiciza sua agência ao, em grande parte, não vê-la como algo que surge a partir de relações de poder material e discursivo desiguais, o discurso neoliberal permite, ao mesmo tempo, que esses pais e tutores sejam vistos, ouvidos e entendidos e, talvez o mais importante de tudo, que ajam de formas que muitas vezes seriam simplesmente impossíveis no cotidiano das escolas públicas urbanas.

Uma análise predicada em questões de formação de identidade permite a possibilidade de examinar, a nível micro, as escolhas táticas que grupos de pais e tutores fazem quando negociam o que vêm como seu elenco de escolhas educacionais em um território que predominantemente não é de sua própria escolha. Ao invés de focalizar a dinâmica estrutural em torno da marquetização educacional que provavelmente agravará ainda mais a marginalização de comunidades urbanas de baixa-renda e de cor (Lauder and Hughes, 1999; Whitty, Power, and Halpin, 1998), eu gostaria de seguir na direção apontada por Apple e Oliver, examinando seriamente os dilemas do cotidiano, a consciência e a agência das famílias pró-*voucher*, quando elas tentam negociar estruturas educacionais que, intencionalmente e/ou funcionalmente, não foram criadas com o interesse dessas famílias em mente (Apple, 1996; Apple and Oliver, 2003). Assim, mesmo que me preocupe

profundamente com os prováveis resultados das reformas educacionais baseadas no mercado em Milwaukee e outros lugares, quero também considerar com a maior seriedade de que forma as mobilizações educacionais conservadoras obtém êxito ao aparentemente dialogar com os verdadeiros medos e desejos de pessoas marginalizadas. Será o entendimento dessa articulação como questão de formação de identidade e agência subalterna que permitirá que o processo de formação conservadora seja eficazmente interrompido e suplantado por uma visão educacional mais social e democrática (e basicamente mais eficaz).

Assim, vistos de “baixo”, do ponto de vista de famílias negras da classe trabalhadora, os discursos educacionais do livre Mercado parecem abrir espaço para pais e tutores afro-americanos de maneiras interessantes e contraditórias (e, de certa forma, nem sempre presentes no discurso freqüentemente patologizante das escolas públicas urbanas). Para abordar a questão de como as posições de sujeito oferecidas são taticamente “assumidas” e “habitadas” por pais e tutores, somos auxiliados pelo trabalho do estudioso em teoria crítica cultural Michel De Certeau. Ainda que De Certeau problematicamente postule um senso monolítico de “estrutura de poder” (afinal, no caso que analisamos, é impossível atribuir congruentemente o status de estrutura de poder, seja apenas para MPS (Dept. de Escolas Públicas de Milwaukee) e seus aliados, ou exclusivamente para as forças partidárias dos *vouchers*); entretanto, uma discussão mais profunda de suas idéias será útil para examinar as formas de agência através das quais os pais e tutores afro-americanos negociam seus interesses.

Ao caracterizar os mecanismos de poder operando da formação social moderna, De Certeau (1984) endossa a “microfísica do poder” do teórico francês Michel Foucault, onde se encontra procedimentos técnicos “minúsculos” agindo sobre e com detalhes, redistribuindo o espaço discursivo a fim de torná-lo o meio de uma ‘disciplina’ generalizada (*surveillance*)” (p. xiv). No entanto, De Certeau acusa a análise de Foucault de novamente “privilegiar o aparato produtivo” ao não descobrir “como uma sociedade inteira resiste a ser reduzida a [disciplina],” e principalmente “quais procedimentos populares (também “minúsculos” e cotidianos) manipulam os mecanismos de disciplina e se ajustam a eles a fim de evadi-los”. (p. xiv).

De Certeau usa o termo *estratégia* para identificar o uso do poder a fim de promover os interesses de uma estrutura de poder, e *tática* para referir-se às operações através das quais os menos poderosos defendem ou promovem seus interesses. O projeto de De Certeau é tornar a análise do poder de Foucault mais completa, especificamente, ao discernir uma “anti-disciplina” nas “formas de operação” que “constituem as numerosas práticas utilizadas pelos usuários para se reapropriar do espaço organizado por técnicas de produção sócio-cultural” (1984, p. xiv).

No exemplo de Milwaukee, alguns “usuários” (ou seja, pais) afro-americanos negociaram o espaço de duas poderosas alianças concorrentes, as Escolas Públicas de Milwaukee e os conservadores pró-*voucher*, decidindo, por motivos táticos, que pelo menos para alguns, e pelo menos a curto prazo, uma aliança condicional com as forças conservadoras representava uma melhor oportunidade do que as alianças anteriores, a maioria delas fracassadas, com forças mais solidárias das Escolas Públicas de Milwaukee. De Certeau

certamente argumentaria que os pais e os tutores jamais são passivos ou sem agência nesse processo de construção de alianças e formação de sujeito. Utilizando outro termo de De Certeau, eles “se vêem” das opções de identidade disponíveis, usando posições de sujeito, o tanto quanto possível, para fins que eles sentem que servirão melhor aos seus interesses sociais e educacionais (Apple, 1996; De Certeau, 1984).

Esse foco na formação de identidade como componente da agência subalterna permite que percebamos que as articulações e alianças formadas em torno dos *vouchers* em Milwaukee são muito mais passageiras, efêmeras, oportunistas e instáveis que a literatura atual, inclusive “*Becoming Right*” de Apple e Oliver (Apple, 1996; Apple and Oliver, 2003), dá a entender (Apple and Pedroni, no prelo). Entretanto, apesar da natureza muitas vezes passageira de tais alianças condicionais, os conservadores educacionais estão, de fato, conquistando vitórias cruciais e duradouras como resultado das reformas que essas alianças são capazes de engendrar. O efeito das mobilizações pelos *vouchers* na legislação e na moeda corrente global de *vouchers* para escolas privadas está longe de ser tão efêmera quanto as alianças condicionais que sustentam e permitem seu sucesso inicial.

Portanto, conforme argumentei anteriormente, uma teorização mais matizada de grupos como a base popular de apoiadores dos *vouchers* em Milwaukee – que não podem ser adequadamente situados seja como elementos dominantes da aliança hegemônica, seja enquanto indivíduos comuns relativamente não-formados, ideologicamente articulados da Direita em resultado da intransigência do estado – é crucial para permitir um melhor entendimento do contínuo sucesso da Direita em desmontar vestígios fundamentais do acordo democrático social americano.

A atual falta de ênfase sobre a importância da agência subalterna no sucesso hegemônico pode ser resultado de nossa tendência a teorizar elementos da modernização conservadora como “grupos” que facilmente incorporam “tipos ideais”, ao invés de “tendências discursivas”. Enquanto alguns indivíduos e organizações podem ser mais ou menos corretamente categorizados em um dos quatro elementos de Apple, também existem (quase) sempre elementos contraditórios entre esses grupos e indivíduos. O fato de que essas tendências não são corporificadas como tipos ideais (ex: alguns grupos ou indivíduos são monoliticamente neoliberais ou neoconservadores), mas sim mediadas de maneiras contraditórias, expande conceitualmente os espaços para a rearticulação progressista da formação dessas subjetividades.

Como queremos ainda trazer ao primeiro plano as formas como esses discursos constroem e são construídos por atores sociais reais, evitando assim a predisposição de alguns teóricos pós-estruturalistas a ver o mundo apenas como discursos concorrentes que, de alguma forma, existem além da história e da agência humana (Pedroni, 2005), vamos nos referir aos quatro elementos de Apple como *tendências corporificadas*. Deixar de fazer isso não apenas limitaria a possibilidade de apreendermos a importância dos grupos subalternos nos sucessos hegemônicos, já que grupos subalternos, diferentemente daqueles intimamente alinhados com tendências corporificadas mais poderosas, muitas vezes agem taticamente, conforme sugere De Certeau, e não através da utilização de discursos internamente coesos que buscam (re)narrar um elenco de relações entre elementos tais como o estado, a

economia, os indivíduos e a formação social (De Certeau, 1984). A capacidade de concretizar uma produção discursiva intelectual elaborada e coesa é um privilégio mais tipicamente dos poderosos, que, como sugere De Certeau, formam e controlam o território no qual são travadas batalhas por coisas como acesso à educação. Por outro lado, grupos subalternos mas politicamente experientes, como os partidários afro-americanos e latinos dos *vouchers* educacionais em Milwaukee, frequentemente operam de uma relação tática com o poder, sentindo necessidade de agir dos espaços que os poderosos oferecem, às vezes de formas que criativamente viram os usos estratégicos dos poderosos contra os próprios poderosos, e outras vezes de formas que são basicamente autodestrutivas para os grupos subalternos, quando os grupos poderosos atingem seus objetivos precisamente *em função da* tática de “anexar” os grupos subalternos. Eu diria que este último cenário é o resultado de longo prazo muito mais provável do apoio dos afro-americanos aos *vouchers* para escolas privadas em Milwaukee.

De fato, a minha análise da informação coletada a partir de uma série de entrevistas e observações de pais e tutores, e também de outros afro-americanos defensores dos *vouchers* em Milwaukee, indica que isso realmente ocorre (Pedroni, 2004). A articulação afro-americana com intervenções neoliberais, inclusive os programas de *vouchers*, parece ser predominantemente tática e oportunista, e não estratégica e ideologicamente disciplinada. Como ficará também evidente na próxima seção, em minha breve análise das entrevistas realizadas por um *video maker* conservador patrocinando pela Bradley Foundation, os defensores afro-americanos dos *vouchers* raramente oferecem discursos neoliberais ou neoconservadores “intactos” como sustentação para seu investimento nos *vouchers*. Ainda que seus discursos ocasionalmente incluam elementos neoliberais e neoconservadores, eles também contém outros elementos que contrariam significativamente esses dois discursos. Em razão de sua relação tática com grupos dominantes, e por causa de seu investimento em outras mobilizações que estão em evidente oposição ao projeto de modernização conservadora, os partidários afro-americanos dos *vouchers* em Milwaukee (e acredito que isso virá a se manifestar de forma mais ampla) tipicamente não “tornam-se Direita” em termos de formação de identidade, apesar de seu investimento tático em posições de sujeito neoconservadoras e neoliberais (Apple, 1996; Apple and Oliver, 2003). Um breve exemplo de Milwaukee ajudará a ilustrar este ponto, ainda que muitos outros exemplos tenham surgido durante a minha pesquisa, que foram analisados em outro trabalho (ver Pedroni, 2004).

Ouvindo as famílias Afro-Americanas Pró-Voucher em Milwaukee

Laura Fordham (pseudônimo) é uma mãe afro-americana cuja filha utilizava *vouchers* fornecidos através do Programa de Escolha Parental de Milwaukee para frequentar uma das escolas privadas não-religiosas participantes do programa. A entrevista sobre a qual faço esta breve análise foi gravada em 1998, logo após a Suprema Corte de Wisconsin confirmar a constitucionalidade do Programa de Escolha Parental de Milwaukee, rejeitando uma ação do

Tribunal de Justiça fundamentada na questão da separação entre igreja e estado³. A entrevista, conduzida por um *video maker* profissional, branco, intimamente ligado a organizações educacionais neoconservadoras católicas em Milwaukee, foi realizada em Madison, Wisconsin, logo após uma manifestação amplamente divulgada dos proponentes dos *vouchers* protestando contra a ação judicial (entrevista telefônica concedida ao *video maker*, (22 de abril de 2000).

A filha da entrevistada, Laura Fordham, freqüenta uma escola privada não-religiosa, onde sua mãe também trabalha como diretora de matrículas. Para a Senhora Fordham, o principal fator que determinou a sua opção de usar os *vouchers* para escolher especificamente essa escola é sua proximidade à casa da família. Em Milwaukee isso não é um fator irrelevante. Com o advento do *busing*¹, muitas escolas públicas da área central da cidade foram fechadas. Além de acarretar importantes dificuldades não apenas em termos do transporte diário das crianças, a distância também constituía um obstáculo significativo ao envolvimento dos pais com as escolas públicas, principalmente devido ao fato de muitas famílias não possuírem carro. Isso, por sua vez, exacerbou a noção de que as escolas públicas freqüentemente estão fora de sintonia com as comunidades que elas servem.

Conforme explica a Sra. Fordham, “Se ela tiver que voltar para a escola pública, teria que ser levada de ônibus provavelmente até o outro lado da cidade. Bom, eu não deixaria que ela fosse levada de ônibus até o outro lado da cidade. Em primeiro lugar, ela sofre de asma crônica. E seria impossível para ela ir de ônibus.” A decisão da Sra. Fordham de transferir sua filha para uma escola privada local só foi feita depois de considerável esforço para fazer com que a opção da escola pública funcionasse. “Eu não tinha como levá-la e buscá-la na escola todos os dias. Eu fiz isso durante o primeiro ano dela... ficava a dezessete milhas e meia de casa. Então, quando a doença ficou crônica, e meu marido ficou doente, ela teve que parar de ir àquela escola, porque eu não tinha como levá-la. Além disso, ficava muito caro para nós.”

A Sra. Fordham tem saudades da época “em que as escolas eram muito melhores que agora, pelo menos as escolas públicas. “Você podia ir à escola do seu bairro e encontrar os seus vizinhos.” Ou seja, as escolas públicas eram também importantes centros da vida da comunidade. “Agora, do jeito que estão as escolas [públicas], eles lhe dizem para qual escola o seu filho pode ir. Mas no programa da Escolha, você pode colocar seu filho... na escola que você quiser que ele freqüente. E dá para pagar.” Hoje, em Milwaukee, as escolas de bairro privadas que aceitam os *vouchers* são muitas vezes chamadas pelos pais a desempenhar o papel comunitário que antigamente era desempenhado pelas escolas públicas. “E isso é importante, porque vemos que as nossas escolas privadas estão mais próximas do nosso círculo que as escolas públicas”.

Além da ausência de escolas públicas em alguns dos bairros centrais de Milwaukee, a Sra. Fordham caracteriza também as experiências de muitos alunos de escolas públicas da

¹ NT: método para combater a segregação racial nas escolas nos Estados Unidos. Estudantes negros foram matriculados em escolas predominantemente brancas, em bairros brancos segregados, e transportados em ônibus escolares de seus bairros até suas novas escolas.

seguinte maneira: “Há alunos demais das salas de aula. E se uma criança é um pouco mais lenta, ela fica para trás... então depois de certo tempo ela simplesmente vai parar de ir à escola, ou não irá à aula um dia porque não sabe a lição, ou não teve quem prestasse atenção nela”.

A caracterização de Fordham de uma escola pública atribulada pela superlotação contrasta marcadamente com a figura do professor de escola pública na narrativa do próprio entrevistador, onde o fracasso das escolas públicas é atribuído não a salas de aula superlotadas, mas sim a sua monopolização por parte de sindicatos de professores que protegem professores incompetentes e, ao mesmo tempo, resguardam da disciplina do mercado uma burocracia educacional inchada e ineficiente (Creative Media Services, 1998). É a denúncia da superlotação das salas de aula, e não os monopólios de sindicatos e a falta de competitividade no mercado educacional, que aponta para um diagnóstico e uma recomendação para as escolas públicas urbanas que não encontram lugar adequado da estrutura neoliberal de “eficiência/ineficiência de mercado”. A inadequação dessa articulação é abrandada apenas através de consideráveis esforços, que permitem um tipo de sutura hegemônica (Apple, 1996) que jamais resolve as contradições inerentes.

Essa divergência entre os pontos de vista da Sra. Fordham e do entrevistador torna-se ainda mais evidente quando eles negociam o conteúdo da entrevista. Por exemplo, em relação à questão da escolha do consumidor do mercado educacional, ele pergunta, “Por que essa escolha deveria ser sua? Como mãe, ou avó, ou como membro da família, por que você deveria ter direito a essa escolha?” Enquanto o entrevistador situa a Sra. Fordham como consumidora em um Mercado educacional, ela responde a partir de uma posição de sujeito muito diferente – a de membro de uma comunidade e sociedade. “Uma das coisas que eu sinto que vai melhorar a nossa sociedade é darmos uma educação melhor aos nossos filhos.” Novamente, a “mãe como membro de uma comunidade” da Sra. Fordham não está adequado à “mãe como consumidora” do entrevistador.

Desarticulação e Rearticulação

Esses breves trechos representam, no nível micro, uma importante instância do tenso, contraditório e muitas vezes bem sucedido processo de articulação e construção de alianças condicionais do movimento pelos *vouchers*. Enquanto as tensões e contradições dessas articulações são vividamente evidenciadas nos diferentes objetivos, recursos e identidades que o entrevistador e a entrevistada trazem à entrevista, claramente, eles também compartilham de um objetivo comum que permite que estejam lado a lado “no mesmo espaço”, por mais incômodo que seja. Tanto o entrevistador (como defensor neoliberal e neoconservador da marquetização educacional e das escolas católicas) como a entrevistada (como mãe interessada na educação de sua filha) estão interessados no avanço de pelo menos uma versão específica e limitada de escolha parental em Milwaukee. É de se imaginar que essa mãe e outros pais em posição semelhante, em contraste com o entrevistador, provavelmente não defenderiam a “escolha” além dos parâmetros de baixa renda dos quais ela foi inicialmente estabelecida.

Significativamente, portanto, a agência subalterna que a Sra. Fordham e outros pais, tutores e líderes comunitários afro-americanos demonstraram no território contestado envolvendo os *vouchers* é comprovação da força do potencial de sua agência política, e não, como às vezes é sugerido, uma indicação de submissão ingênua aos discursos educacionais e econômicos conservadores hegemônicos. Isso continua sendo verdadeiro mesmo que se acabe provando que esses pais, tutores e líderes comunitários estavam errados, como acredito que vá acontecer, em suas afirmações de que suas ações trariam benefícios máximos a longo prazo não só para seus próprios filhos, mas também para outras crianças deixadas para trás nas escolas públicas recentemente disciplinadas pelo mercado. E eu acredito que essa agência tática provavelmente será instanciada novamente em futuras mobilizações, possivelmente em torno de outros temas tradicionalmente conservadores, muitos dos quais têm sido motivo de preocupação de grande número de famílias afro-americanas, incluindo o apoio às orações nas escolas e à “liberdade religiosa”, além da antipatia ao aborto e aos interesses de minorias sexuais.

Refletindo sobre o papel fundamental exercido por grupos subalternos, gostaria de sugerir que a aliança hegemônica do final da década de 1980 reconheceu que ela *quase* teve poder para fazer com que os *vouchers* fossem aprovados. Ainda que, por si só, a aliança hegemônica não tenha sido capaz (ainda) de concretizar a sua agenda de marquetização em relação à educação e no caso dos *vouchers*, a Direita poderia “estender” seu poder agregando parcelas de um grupo tradicionalmente liberal – uma parcela das famílias afro-americanas de baixa renda. A articulação da agenda da privatização da educação com o “bom senso” desses pais e tutores e seus interesses permitiria à Direita virar a balança do poder educacional de uma aliança de grupos liberais, incluindo sindicatos de professores, outros sindicatos, a *American Civil Liberties Union* (União Americana de Liberdades Civis), *People for the American Way* (Pessoas pelo *American Way*), a *National Association for the Advancement of Colored People* (Associação Nacional Pelo Progresso das Pessoas de Cor), *the Urban League* (Liga Urbana), e organizações feministas e ambientalistas para um amálgama de grupos que buscam a modernização conservadora em educação. Dado o clima político de Wisconsin no final da década de 1980, onde os progressistas tinham pouquíssimo poder, ao lado do longo e histórico movimento das famílias afro-americanas em Milwaukee em favor de escolas controladas pela comunidade, que protegeria seus filhos das práticas raciais por vezes repreensíveis das Escolas Públicas de Milwaukee, a cidade apresentou-se como campo de batalha ideal, onde a aliança conservadora poderia vencer batalhas ideológicas cruciais sobre o caráter, a forma e o financiamento da educação nos Estados Unidos (Carl, 1996). Essa vitória também traria implicações para objetivos conservadores mais amplos envolvendo a privatização mais geral da esfera pública e a deseresponsabilização do estado.

Nesse processo, as agendas conservadoras imediatas e de longo prazo em torno da privatização em educação e em outras áreas não seriam a única parte do projeto hegemônico a ganhar. Será útil re-evocar aqui a conceitualização proposta por Michael Apple da aliança hegemônica conservadora como constituída através de uma série de acordos negociados e mantidos, sob tensão, entre interesses díspares, mas justapostos (Apple, 1993, 1996, 2001), ou aquilo que propus chamar de tendências discursivas. Em relação à contestação dessa

tensa aliança, os estudiosos em teoria crítica da educação e outras áreas corretamente argumentam que uma das estratégias para avançar a agenda de um projeto social e educacional radicalmente democrático seria distinguir cuidadosamente essas falhas da aliança hegemônica para que potenciais tensões entre as diferentes posições possam ser exacerbadas, empurrando assim o projeto de modernização conservadora para a crise. Assim como os progressistas esperam promover estrategicamente seus interesses tirando proveito desses pontos de sutura da Direita, a Direita também tem interesse em continuar a utilizar e subverter as tensões entre aliados progressistas reais e potenciais.

Para muitos líderes urbanos afro-americanos que, por vezes até tepidamente, apoiaram os *vouchers*, a reação de alguns progressistas brancos tem sido bastante reveladora. Ela é caracteristicamente uma reação em que esses progressistas, anteriormente satisfeitos por ver os negros “sabidamente” aderirem a iniciativas progressistas predominantemente brancas, agora vêem esses mesmos negros ingenuamente aliando-se a forças perigosas. A mensagem tácita parece ser que os negros não têm consciência dos verdadeiros perigos de aliar-se a conservadores “repreensíveis”; apenas os liberais brancos sabem disso. Isso tem um certo ar de “ônus do homem branco,” onde os educadores liberais brancos ficaram com raiva das “crianças Negras” que eles tinham reunido sob a sua asa, porque essas crianças estão agora mostrando que pensam por si próprios.

Rumo a Uma Teoria de Agência Subalterna e Identidade em Pesquisa Educacional

Há muitas mudanças que eu acho que deveriam ser feitas nas escolas públicas. Não quero desmerecer as escolas públicas. As escolas públicas têm muita coisa boa a oferecer. Mas, por outro lado, as escolas públicas também precisam melhorar muito. E eu me ressinto do fato de que, por serem afro-americanas – e eu obviamente moro num bairro mais pobre – as minhas filhas eram estigmatizadas. E eles agiam como se estivessem fazendo caridade.

Eu sou uma mãe que trabalha... Eu pago impostos... E meus impostos ajudam a pagar a educação pública. Então, para mim, a educação era paga. E eu não gostava do estigma, como se você tivesse que aceitar o que quer que estivessem dando pra você. É grátis... Você não está pagando nada. E esse era o estigma. E era tão difícil conseguir que eles fizessem qualquer coisa. Eu estava sempre... Era sempre uma luta. E eu estava procurando *algo diferente*.

Sonia Israel, mãe de duas filhas que freqüentavam uma escola islâmica no programa de *vouchers* (in Pedroni, 2004, p. 156)

Neste artigo eu realizo uma discussão conceitual e empírica sobre as sobreposições discursivas, tensões e diferenciais de poder entre os membros da aliança pelos *vouchers* de Milwaukee para sugerir a importância da agência subalterna e da formação de identidade do processo de formação conservadora. Baseado nas justaposições conceituais e empíricas que

examinei, eu argumento em favor da expansão e reconceitualização das teorias de modernização conservadora oferecidas por Apple e Oliver em seu ensaio “Tornando-se Direita”. As modificações que eu proponho incorporam processos de formação de identidade e agência subalterna em grupos de terceiro espaço como componentes-chave do frágil e desigual processo por intermédio do qual as mobilizações alcançam diferentes graus de sucesso ou fracasso.

Eu argumento que o sucesso e a manutenção de tais projetos educacionais não são atribuíveis à imposição direta de uma agenda educacional conservadora sobre populações subalternas passivas e ingênuas (ex: pais e tutores partidários dos *vouchers*), nem do “surgimento a partir da base” de uma identidade [parental] reificada que, de alguma forma, se encaixa sem qualquer sutura em mobilizações educacionais conservadoras. Antes, ao usar e ao mesmo tempo expandir as teorias de Michael Apple sobre a modernização conservadora, eu aponto para a formação de alianças passageiras e condicionais entre atores com diferentes níveis de poder e situações sociais. Neste processo de construção de alianças negociadas subalternamente, há sempre uma agência muito limitada estrutural e discursivamente por parte dos desfavorecidos que se mobilizam em torno da questão de seu consenso, além de um espaço discursivo contestado do qual podem formar-se articulações e visões educacionais potencialmente mais democráticas em termos sociais.

Enquanto o trabalho empírico e conceitual conduzido neste artigo oferece aos educadores críticos novos entendimentos do significado da participação dos marginalizados em uma reforma educacional conservadora – auxiliando-os assim a construir movimentos mais significativos e eficazes de reforma educacional urbana – este trabalho sugere também importantes revisões teóricas sobre noções de agência subalterna e identidade, quando elas interagem com estruturas e discursos mais dominantes em momentos históricos e campos socioculturais específicos.

Não podemos mais presumir que os subalternos simplesmente “se tornem Direita” no processo de formação educacional conservadora. Como Sonia Israel, que usa estrategicamente a posição de sujeito *consumidor* ou *contribuinte* na citação que abre esta seção, as formas de agência freqüentemente manifestadas pelos pais e tutores partidários dos *vouchers* demonstram a “habitação” criativa das próprias estruturas educacionais e discursos que aparentemente deveriam contê-los e marginalizá-los ainda mais. Ou seja, a discussão sobre os discursos e posições de sujeito “em oferta” em vários movimentos sociais e formas institucionalizadas de educação nos conta apenas uma parte da história. Tais posições de sujeito não são simplesmente oferecidas – elas são também habitadas. E é esta última parte da formulação de identidades que tem sido inadequadamente teorizada e às vezes até negligenciada na teoria crítica da educação.

Stuart Hall fez muito, ajudando os teóricos críticos a perceberem melhor esse “ponto cego” conceitual. Em essência, ele argumenta, a construção bem sucedida de uma teoria de identidade que seja ao mesmo tempo não-essencializante e politicamente possibilitadora continua sendo fugidia. As tentativas atuais de realizar este projeto

oferecem-nos uma narrativa formal da construção de posições de sujeito no

discurso enquanto ao mesmo tempo revelam muito pouco sobre a razão por que certos indivíduos ocupam determinadas posições de sujeito e não outras. (...) Posições de sujeito discursivas tornam-se *a priori* categorias que indivíduos parecem ocupar de forma não problemática. (Hall and Du Gay, 1996, p. 10)

Ele continua (e eu o cito aqui por extenso, por considerar suas idéias a respeito das tensões em torno da formação de identidade exploradas neste artigo altamente relevantes):

Eu acho que o que vemos [em um dos trabalhos seminais sobre identidade citado por teóricos críticos e pós-estruturalistas – *Vigiar e Punir*] é Foucault sendo impelido pelo escrupuloso rigor de seu próprio pensamento, através de uma série de deslocamentos conceituais em diferentes fases de seu trabalho, rumo ao reconhecimento de que, como o descentramento do sujeito não é a destruição do sujeito, e como o “centramento” da prática discursiva não funciona sem a constituição de sujeitos, o trabalho teórico não pode ser realizado por completo sem complementar a descrição das regras discursivas e disciplinares com uma descrição das práticas de auto-constituição do sujeito. Nunca foi suficiente – em Marx, em Althusser, em Foucault – elaborar uma teoria sobre como os indivíduos são chamados ao seu lugar nas estruturas discursivas. Sempre foi necessária, também, uma descrição de como os sujeitos são constituídos e, em seu trabalho, Foucault foi bastante longe mostrando-nos isso em relação a práticas discursivas historicamente específicas, à auto-regulação normativa e às tecnologias do *self*. A questão que permanece é se nós também precisamos, por assim dizer, preencher a lacuna entre os dois: ou seja, se precisamos uma teoria sobre quais são os mecanismos através dos quais os indivíduos enquanto sujeitos se identificam (ou não se identificam) com as “posições” às quais são chamados, e também como eles moldam, estilizam, produzem e “desempenham” essas posições, e por que eles nunca o fazem completamente, de uma vez por todas, e alguns jamais o fazem, ou estão em constante processo agonístico lutando, resistindo, negociando e acomodando as regras normativas ou reguladoras com as quais eles se confrontam e se regulam. (p. 13-14)

Hall critica as teorias críticas e pós-estruturalistas de identidade por protelarem a questão de como o sujeito se constitui. Ou seja, o sujeito é “chamado” e interpelado através do discurso, através do número restrito de posições de sujeito em oferta, e pelas restrições encerradas em cada uma delas – mas o que, no sujeito, permite que ele seja chamado? Para Hall, esta questão só será levada adiante “quando a necessidade e a ‘impossibilidade’ das identidades, e a sutura do psíquico e do discursivo em sua constituição, forem totalmente e inequivocamente reconhecidas” (Hall and Du Gay, 1996, p. 16).

Ainda que uma resposta abrangente e satisfatória às preocupações de Hall estejam além do alcance deste artigo – e talvez também da capacidade intelectual deste autor – eu gostaria de sugerir que o trabalho empírico e conceitual realizado neste artigo aponta para a necessidade e possibilidade de uma teorização mais adequada desta “última parte” da formação de identidade. Evidentemente os pais, tutores e líderes comunitários afro-americanos

partidários dos *vouchers*, novamente usando as palavras de Stuart Hall, não ocupam as posições de sujeito oferecidas “de forma não-problemática”. Como argumentei anteriormente, e meu trabalho empírico ajuda a demonstrar (Pedroni, 2004), os pais, tutores e líderes comunitários adotam, resistem ou medeiam essas posições de sujeito de forma complexa, contraditória e criativa. Essas “performances” discursivas são produtos de uma agência subalterna que claramente se origina e se forma através das experiências coletivas e vivências pessoais e lutas raciais, de classe e de gênero de homens e mulheres afro-americanos pobres e da classe trabalhadora. Ou seja, as identidades oferecidas através dos discursos e estruturas educacionais não são oferecidas a sujeitos vazios e amorfos.

Pelo contrário, os discursos educacionais conservadores e suas formas estruturais concomitantes oferecem posições de sujeito a identidades vividas que já estão em formação. Essas identidades formadas e em formação, que constituem o terreno mutante onde os discursos educacionais conservadores buscam se enraizar, são, elas próprias produto de histórias e lutas individuais e coletivas. Em Milwaukee, a genealogia desse processo agonístico de agência e identidade inclui décadas de lutas raciais, de classe e de gênero em torno de questões de acesso à educação e da autodeterminação das comunidades de cor, como também lutas em outras esferas políticas, culturais e econômicas relativamente autônomas. (McCarthy and Apple, 1988, pp. 67-69).

Conforme argumenta este artigo, as identidades subalternas não se encaixam “naturalmente” em formas e discursos conservadores nem em discursos radicalmente democráticos. E tais formas e discursos também não são simplesmente impostas aos subalternos. Juntamente com Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, eu gostaria de enfatizar a necessidade de re-trabalhar conceitualizações Gramscianas e outras conceitualizações neo-marxistas do social, a fim de remover aquilo que esses teóricos chamam de “obstáculos epistemológicos” à plena realização do potencial político e teórico radical do marxismo (Laclau and Mouffe, 1985). Eles escrevem:

Somente quando o caráter aberto e não-suturado do social for totalmente aceito, quando o essencialismo da totalidade e dos elementos for rejeitado, é que esse potencial poderá se tornar claramente visível e a “hegemonia” poderá se transformar num instrumento fundamental para a análise política na esquerda. Essas condições surgem originalmente no campo daquilo que chamamos de “revolução democrática”, mas elas só são maximizadas em todos os seus efeitos desconstrutivos no projeto de uma democracia radical, ou, em outras palavras, numa forma de política baseada não na postulação dogmática de uma “essência do social”, mas, pelo contrário, na afirmação da contingência e da ambigüidade de toda “essência”, e no caráter constitutivo da divisão social e do antagonismo. (pp. 192-193)

Neste artigo, o “caráter não-suturado do social” de Laclau e Mouffe é concretizado pela recusa a apreender a agência dos partidários negros dos *vouchers* num binário paternalista de “falsa consciência”, por um lado e, por outro, sua transcendência através da conscientização dos negros sobre a “correção” de um posicionamento contrário aos

vouchers. Ao invés disso, usando ferramentas conceituais emprestadas de De Certeau, os atos dos pais, tutores e líderes comunitários ao conduzir-se taticamente num território educacional complexo, não de escolha própria, é teorizado como *agência subalterna*. A noção de agência subalterna tem as vantagens conceituais de ser produzida discursivamente, de ser não-essencialista em relação ao “social”, mas de ser moldada nas relações de poder (De Certeau, 1984).

Eu espero que este entendimento dos atos em favor dos *vouchers* de negros pobres e da classe trabalhadora acrescenta ao trabalho crucial de Apple e Oliver, auxiliando os educadores críticos a visualizar estratégias de rearticulação das preocupações educacionais dessas famílias com uma reforma educacional mais eficaz, relevante e democrática. Espera-se que as modificações conceituais que evidenciam isso, como sugerem as entrevistas com os pais e tutores partidários dos *vouchers*, (neste artigo, mas também de forma bem mais extensa em Pedroni, 2004) venham a auxiliar pesquisadores em outros contextos a detectar processos e trajetórias subalternas semelhantes e sua centralidade em processos de modernização conservadora. Podemos imaginar que investimentos táticos em alianças conservadoras e posições de sujeito passageiras entre comunidades marginalizadas venham a desempenhar um papel significativo não só nos Estados Unidos, mas também em outros países.

Notas

¹ Teóricos como Gewirtz (2002) observaram a substituição em muitas democracias pós-industriais por uma nova forma de estado – o pós-*welfarismo* (pós-estado do bem estar social) – que privilegia a eficiência na prestação de serviços aos clientes e a privatização da esfera pública em detrimento do cumprimento pelo setor público de suas obrigações para com os cidadãos.

² Apple e Oliver caracterizam os pais na polêmica dos livros didáticos como, inicialmente, tendo intuições políticas que “não eram totalmente formadas em qualquer sentido de oposição” (Apple, 1996, p. 61). Neste artigo eu uso a expressão “não-formado ideologicamente” para me referir a essa qualidade de ideologia dos pais conforme conceitualizada por Apple e Oliver. Ideologia “não-formada” não significa “sem” ideologia. O que busco capturar aqui é a noção de Apple e Oliver de que a ideologia dessas pessoas não é (ainda) explicitamente coerente com nenhuma linha ideológica específica do pensamento conservador e do discurso conservador nos Estados Unidos. Sua ideologia é menos “elaborada”, eles são menos obviamente politizados, pelo menos inicialmente.

³ Cópias audiovisuais desta entrevista foram fornecidas ao autor diretamente pelo *video maker*. Transcrições completas da entrevista na qual esta análise se baseia, e também cópias da entrevista original em audiovisual podem ser obtidas mediante pedido ao autor.

Referências

- APPLE, M. W. (1982). *Education and Power*. Boston: Ark.
- APPLE, M. W. (1993). *Official knowledge: Democratic education in a conservative age*. New York:

- Routledge.
- APPLE, M. W. (1996). *Cultural politics and education*. New York: Teachers College Press.
- APPLE, M. W. (2001). *Educating the "Right" way: Markets, standards, god, and inequality*. New York: RoutledgeFalmer.
- APPLE, M. W. and OLIVER, A. (2003). Becoming Right: Education and the formation of conservative movements. In: APPLE, M.W et al., *The state and the politics of knowledge* (pp. 25-50). New York: RoutledgeFalmer.
- APPLE, M. W. and PEDRONI, T. C. (in press). Conservative alliance building and African American support of voucher reforms: The end of *Brown's* promise or a new beginning? *Teachers College Record*.
- CARL, J. (1995). *The politics of education in a new key: The 1988 Chicago School Reform Act and the 1990 Milwaukee Parental Choice Program*. Unpublished doctoral dissertation, University of Wisconsin, Madison.
- CARL, J. (1996). Unusual allies: Elite and grass-roots origins of parental choice in Milwaukee. *Teachers College Record*, 98, 266-285.
- CORPORATION FOR EDUCATIONAL RADIO AND TELEVISION. (Producer). (1993). *Liberating America's schools* [Videotape]. United States: PBS Video.
- CREATIVE MEDIA SERVICES. (Producer). (1998). [Videotape interview segments]. Unpublished raw data.
- De CERTEAU, M. (1984). *The practice of everyday life*. Berkeley, CA: University of California Press.
- FULLER, H. (1985). *The impact of the Milwaukee Public Schools system's desegregation plan on Black students and the Black community (1976-1982)*. Unpublished doctoral dissertation, Marquette University.
- GEWIRTZ, S. (2002). *The managerial school: Post-welfarism and social justice in education*. London: Routledge.
- HALL, S. and Du GAY, P. (Eds.). (1996). *Questions of cultural identity*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- HOLT, M. (2000). *Not yet "free at last": The unfinished business of the Civil Rights Movement— Our battle for school choice*. Oakland, CA: Institute for Contemporary Studies.
- LACLAU, E. and MOUFFE, C. (1985). *Hegemony and socialist strategy*. London: Verso.
- LAUDER, H. and HUGHES, D. (1999). *Trading in futures: Why markets in education don't work*. Buckingham: Open University Press.
- McCARTHY, C. and APPLE, M. W. (1988). Race, class and gender in American educational research: Toward a nonsynchronous parallelist position. *Perspectives in Education*, 4 (2), 67-69.
- PEDRONI, T. C. (2004). Strange bedfellows in the Milwaukee "parental choice" debate: Participation among the dispossessed in conservative educational reform. *Dissertation Abstracts International*, 64 (11), 3946A. (UMI No. 3113677)
- PEDRONI, T. C. (2005). *Can post-structuralist and neo-Marxist approaches be joined? Building composite approaches in critical educational theory and research*. Unpublished manuscript, Utah State University.
- WHITTY, G., POWER, S. and HALPIN, D. (1998). *Devolution and choice in education: The school, the state, and the market*. Buckingham: Open University Press.

TABELA 1
Os dois Cenários (ou ‘Espaços’) da Formação Conservadora em Apple e Oliver (2003)

CATEGORIA	CENÁRIO	
	1. PARTE DA ALIANÇA DE GRUPOS DOMINANTES	2. CIDADÃOS COMUNS QUE SE TORNAM DIREITA
Exemplo	Neoliberals, neoconservatives, etc.	Pais na polêmica dos livros didáticos
Relação com o poder	Horizontal	Vertical
Ligação com o poder	Acordos suturantes	“Bom senso” articulado ao projeto conservador
Qualidade da ideologia	Formada	Não-formada
Natureza das idéias	Ideologia	Senso comum
Poder relativo	Dominante	Ainda-não-dominante
Caráter das idéias	Elementos de bom senso que agradam a cidadãos comuns	As verdadeiras esperanças e medos com os quais os progressistas são solidários
Metáfora espacial relativa	Acima	Abaixo
Relação com o estado	Tentativa de influenciar a direção do estado através de um amálgama de movimentos sociais	Empurrados em direção a movimentos sociais direitistas ao serem rechaçados por um estado insensível

Correspondência

Thomas C. Pedroni, Professor da Faculdade de Educação da Oakland University, Rochester, Michigan, Estados Unidos.

E-mail: pedroni@oakland.edu

Artigo publicado previamente em: Pedroni, T. C. (2006). Can the subaltern act? African-American involvement in educational voucher plans. In M. W. Apple & K. L. Buras (Eds.), *the subaltern speak: Curriculum, power, and educational struggle*. New York: Routledge, 95-117. Texto publicado em [*Currículo sem Fronteiras*](#) com autorização do autor e da Editora Routledge. Tradução de Lisa Becker.
